

**PSICÓLOGO ESCOLAR E A DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM:  
COMO INTERVIR, COMO PREVENIR?<sup>1</sup>**

Lúcia Regina Guimarães Souza Cruz<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como finalidade questionar o trabalho do psicólogo escolar dentro das instituições de ensino ao lidar com as dificuldades de aprendizagem, numa tentativa de repensar sua prática e atuação, com o objetivo de buscar uma melhor forma de intervenção, uma vez que a criança é, muitas vezes, colocada como o foco central e culpabilizada pela escola, família e sociedade em que vive como a responsável pelo seu fracasso escolar.

Palavras-chave: Psicólogo escolar. Dificuldade de aprendizagem. Intervenção.

**Abstract:** The present article has a purpose to question the work of the psychologist inside the education institutions when dealing with the learning difficulties, in an attempt to rethink its practical and performance, with the objective to search one better form of intervention, a time that child is, many times, placed as the focus central and guilty by the school, family and society where it lives, as the responsible one for its failure pertaining to school.

**Key-words:** School psychologist. Learning difficulty. Intervention.

O número de crianças identificadas como possuidoras de alguma dificuldade de aprendizagem é muito variável e depende de vários fatores como o conceito utilizado, a classificação adotada, as características da própria criança e, também, o sistema de ensino no qual ela está inserida. (Ciasca, 2003). Muitas são rotuladas como “alunos-problemas”, crianças que precisam de “apoio”, crianças com “distúrbios”, crianças que “não aprendem”, levando-as à desmotivação e à baixa auto-estima.

---

<sup>1</sup> O referido texto origina-se da monografia intitulada *Desmistificando as Dificuldades de Aprendizagem* apresentada ao Departamento de Psicologia da UFJF, por ocasião do término da Especialização em Psicologia e Desenvolvimento Humano – Teorias e Práticas.

<sup>2</sup> Lúcia Regina Guimarães Souza Cruz é psicóloga.

A dificuldade de aprendizagem é, sem dúvida, um dos temas mais estudados na literatura, uma vez que pode acarretar um fracasso escolar, problema com o qual a realidade brasileira vem convivendo há muitas décadas, sem conseguir encontrar soluções efetivas e onde está inserido um grande número de crianças e adolescentes. A aprendizagem é um processo de construção que se dá na interação permanente do sujeito com o meio que o cerca. Meio esse expresso pela família, depois pela escola, ambos permeados pela sociedade em que estão. Por isso, é de fundamental importância conhecer, primeiramente, o processo de desenvolvimento e aprendizagem para, a partir daí, compreender as dificuldades existentes.

Antigamente, costumava-se atribuir à criança, toda culpa por seu fracasso escolar. Hoje, porém, já se reconhece que as dificuldades em aprendizagem não se dão no vazio e sim em contextos tanto situacionais quanto interpessoais. Não se pode falar de dificuldades tendo somente a criança como ponto de referência: o contexto em que a mesma se encontra precisa ser considerado. Assim, quer a família, quer a escola, quer a sociedade podem ser grandes responsáveis pela determinação dos distúrbios de aprendizagem.

A aprendizagem começou a ser um tema mais desenvolvido a partir das décadas de 50 e 70, ganhando realce no cenário científico. Aqui, procurava-se desvendar o misterioso processo do aprender, trazendo consigo controvérsias entre as teorias existentes e conceitos relacionados a todas as áreas científicas. Surgem daí, questões relacionadas às causas, processos e finalidade da aprendizagem.

Para Fernández (1991), o aprender transcorre no seio de um vínculo humano cuja matriz toma forma nos primeiros vínculos mãe-pai-filho-irmãos, pois a prematuridade humana impõe a outro semelhante adulto para que a criança, aprendendo e crescendo, possa viver.

Quando nasce, o bebê é um feixe de possibilidades, de ferramentas que são capazes de atrair, de captar o conhecimento que tem que ser transmitido e reconstruído nele. Sabemos que o homem é um ser histórico, que cada geração acumula conhecimentos sobre a anterior e o humano vai se tornar humano porque aprende (pág 51).

Para a autora, a aprendizagem é encarada como um processo e uma função, que vai além da aprendizagem escolar e que não circunscreve exclusivamente à criança. Num processo de aprendizagem, encontramos dois lugares: um onde está o sujeito que aprende e outro onde colocamos o personagem que ensina.

Atualmente, percebe-se o grande número de definições que o termo aprendizagem apresenta e o quanto o mesmo se tornou familiar do linguajar diário, sem, no entanto, apresentar uma pronta definição. O que se vê são várias definições envolvendo diversos aspectos. Segundo Ross (1979), a “aprendizagem é a aquisição de conhecimento ou de especialização”; definição por demais simplista e que ignora todo o processo oculto existente no ato de aprender. A aprendizagem, enquanto constructo teórico, converge para o fato de que tudo aquilo que se sabe, o homem deve aprendê-lo, ou seja, a criança nasce em um mundo com passado, em um grupo social que irá transmitir-lhe costumes, linguagem e todo o conhecimento adquirido.

Macedo (1990) afirma que a escola sempre será a instituição socialmente designada para transmitir conhecimentos científicos. Segundo o autor, o século XX caracterizou-se por uma ampliação das possibilidades e necessidades do ensino aos segmentos mais pobres e destituídos de nossa sociedade, supondo um sujeito do conhecimento e estruturas, funções, domínio de uma linguagem formalizada. Mas, conheceu também, uma dificuldade escolar ou inibição que, por razões e modos diferentes, atinge ricos e pobres. “A criança não aprende, por não querer, não poder ou não saber como fazê-lo” (Prefácio, pág 11).

Prestar atenção, compreender, aceitar, reter, transferir e agir são alguns dos componentes principais da aprendizagem. E o não aprender? O que é? Como e por que a criança oscila na sua aprendizagem?

Rubinstein (1992) ao se referir ao número excessivo de pessoas que não conseguem aprender, em todas as camadas sociais, questiona se serão elas, de fato, desajustadas e incapazes ou se representam o potente grito de protesto e de alerta para que se dê uma educação mais sadia e democrática.

Weiss (2003) afirma que a não-aprendizagem é uma das causas do fracasso escolar, mas que a questão é, em si, bem mais ampla. Segundo a autora, o fracasso

escolar é considerado como uma resposta insuficiente do aluno a uma demanda da escola, mas esta questão deve ser analisada por três perspectivas: a da sociedade, a da escola e a do aluno. Na perspectiva da sociedade, estariam incluídas o tipo de cultura, as condições e relações político-sociais e econômicas vigentes, além do tipo de estrutura social. Aqui, é importante ressaltar a necessidade de se considerar as relações significativas existentes entre a produção escolar e as oportunidades reais que determinada sociedade possibilita aos representantes das diversas classes sociais. A segunda perspectiva nada mais é do que a análise da instituição escolar, em seus diferentes níveis, como grande facilitadora do fracasso escolar, não se esquecendo, porém, que a escola é um reflexo do sistema sócio-econômico, pois o sistema de ensino, seja público ou privado, reflete sempre a sociedade na qual está inserido. A terceira perspectiva está ligada ao aluno enquanto aprendiz, ou seja, suas condições internas de aprendizagem, focando-se, assim, na questão intra-subjetiva. É o problema de aprendizagem enquanto sintoma, que expressa algo e que transmite uma mensagem. Através dele, o sujeito “sempre diz alguma coisa aos outros”, se comunica e sobre o sintoma sempre se pode dizer algo. E, na maioria das vezes, constata-se que as queixas relativas às dificuldades de aprendizagem recaem sobre o sujeito, onde este é o detentor do problema de aprendizagem, eximindo a escola ou outros segmentos de suas responsabilidades.

Se a intenção é fazer com que o aluno tenha o melhor aproveitamento das oportunidades escolares, superando eventuais situações de rendimentos escolares insatisfatórios, então é importante que haja um estudo cuidadoso. O aproveitamento do aluno, principalmente daqueles que apresentam dificuldades de aprendizagem, pode estar sendo prejudicado por diversos fatores de ordem orgânica, pedagógica, institucional, psicomotora, emocional, familiar e social, causando fraturas e desgaste no processo de aprendizagem. Portanto, o termo *dificuldades de aprendizagem* não significa, necessariamente, que apenas o aluno seja o responsável pelo seu insucesso escolar. É necessário avaliar as condições individuais, familiares, subjetivas do sujeito-aluno que expressa, pela via do não-aprender, seu sintoma individual e social. Torna-se necessário, cada vez mais, ter uma visão global do problema de aprendizagem para melhor avaliar e compreender o interjogo dos vários fatores envolvidos.

Um grande número de pesquisadores e estudiosos vem se dedicando a investigar e discutir as razões que contribuem para que algumas crianças tenham sucesso na escola e outras não. Quais as causas do insucesso do aluno na escola? Como compreender seu rendimento insatisfatório? Quais são as dificuldades dos alunos? Essas e outras questões permeiam o âmbito escolar e têm sido amplamente discutidas e analisadas por diferentes autores.

Por tudo isso, trabalhar com as dificuldades de aprendizagem é uma questão que fascina e senti-la como algo que atravessa um sujeito, nos instiga a estudar e refletir sobre o porquê da não aprendizagem. Por isso, o trabalho de intervenção dentro das escolas, se torna algo primoroso. Mas, como intervir, como prevenir? Esta é uma das perguntas que nós, profissionais de psicologia, que atuamos em instituições de ensino, lidando diariamente com crianças e adolescentes que sofrem com essa barreira da aprendizagem, nos fazemos todos os dias ao nos depararmos com tais situações. A necessidade de se rever essa prática junto às crianças e escolas se faz necessária, no sentido de acreditarmos que a mudança de postura não se encontra somente nas inovações técnicas, mas inserida numa mudança de atitude ao integrarmos e desenvolvermos uma visão crítica que integre os diferentes aspectos da realidade social e política da sociedade.

Patto (1984), numa pesquisa realizada ainda na década de 80, chamava a atenção para os equívocos e incompreensões presentes na formação do psicólogo em relação ao atendimento dos problemas escolares das crianças provenientes das camadas populares. Tinha como objetivo conhecer a maneira como os psicólogos representavam a realidade social e escolar e o desempenho dos profissionais nas escolas municipais de São Paulo. Convictos de que os alunos eram deficientes e/ou diferentes e que os profissionais não os compreendiam em suas deficiências, a atuação dos psicólogos focalizava dois aspectos: os alunos e professores. Com o intuito de desenvolver nos alunos atitudes e comportamentos esperados pela escola, realizavam treino de agilidade motora, trabalhavam com a disciplina e obediência às regras escolares, isto é, buscavam a integração da criança desajustada aos padrões de comportamentos desejados e a eliminação dos comportamentos inadequados. Com os professores, o trabalho voltava-se à sensibilização deles para os aspectos educacionais tais como a discussão do processo de

aprendizagem e suas dificuldades, buscando auxiliá-los no desempenho mais eficientes de suas tarefas. Quando questionados sobre a eficácia de sua proposta de atuação, os psicólogos mostravam-se insatisfeitos com esta forma de trabalho, sentindo-se angustiados e impotentes diante do fraco resultado que obtinham.

Porém, percebe-se que isto continua acontecendo nas nossas escolas. Há muito tempo, o psicólogo escolar tem atuado como um psicólogo clínico dentro da escola, ocupando-se dos fenômenos individuais e afetivos dos alunos, encaminhando-os para um atendimento especializado. Seu papel tem sido o de orientar acerca dos problemas de ordem “psi” que, de alguma forma, são responsáveis por quaisquer alterações no ambiente escolar, sem se interessar em compreender, de forma global, tal aspecto do comportamento apresentado pelos sujeitos aprendentes. “A atuação do psicólogo nas escolas tem sido, algumas vezes, entendida como a aplicação de um “olhar psicológico” sobre as questões educacionais, sendo esse “olhar”, muitas vezes, confundido com os psicologismos, ou seja, com explicações que focalizam o psiquismo isolando-o de seus determinantes históricos e sociais.” (Del Prette, 1999)

Constata-se, então, segundo Guzzo (2001), que uma nova proposta de formação profissional se faz necessária. Uma proposta capaz de habilitar o psicólogo a trabalhar com as políticas públicas, a conscientizar pais e professores sobre as necessidades das crianças e adolescentes, além de mobilizar a comunidade na qual está inserida em torno de propostas de intervenção. Mas, o que acontece atualmente dentro das instituições de ensino é que o psicólogo escolar trabalha em um sistema o qual ele próprio desconhece. O que se vê, na maior parte dos casos, são psicólogos escolares com atuação profissional voltada para o diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem ou outros apresentados na situação escolar. Guzzo (2001) ainda aponta que:

Espera-se que este profissional esteja mais preocupado com a prevenção e a promoção da saúde e do bem-estar subjetivo, envolvendo-se em atividades que permitam aos alunos obterem sucesso em suas atividades de vida, diminuindo o curso da violência, do fracasso escolar, da gravidez precoce dentre outros comportamentos considerados de risco ao desenvolvimento saudável. (p. 39)

Arde a necessidade de redimensionar esse papel. O psicólogo que se interessa pelo processo ensino-aprendizagem busca contribuir para a análise e intervenção multidisciplinar dos fenômenos que envolvem a sala de aula e a construção do conhecimento. Assim, segundo Menezes e Araújo (2003), o aprender ou não aprender do aluno não estaria definido por questões meramente cognitivas e objetivas, mas a partir do jogo da subjetividade que se dá na sala de aula. Saber o que cada aluno pode ou não aprender em cada momento de seu desenvolvimento é essencial em sua vida escolar. Quando este processo falha ou as exigências aumentam, começa a ficar evidente a dificuldade de aprendizagem e, assim, o aluno começa a “se tornar um problema”.

Trabalhar a criança, sua família e seu contexto de aprendizagem em uma perspectiva da conscientização surge como uma proposta de intervenção que deve ser desenvolvida dentro das instituições. Mais ainda, vale ressaltar que o próprio profissional esteja consciente e ciente de sua atuação, compreendendo que esta está sempre integrada com outros setores que interferem no desenvolvimento da criança, sobretudo a família, a escola e a comunidade. Por isso, Guzzo (2001) reforça que trabalhar com a psicologia dentro da escola envolve trabalhar com a prevenção de problemas sócio-emocionais, promoção da saúde psicológica e controle do currículo acadêmico, reduzindo, assim, o problema individual do não aprender. Torna-se necessária, portanto, a criação de um espaço de escuta voltado para a produção e circulação dos diferentes discursos existentes sobre os fatos e os fenômenos educativos escolares que, segundo Almeida (2001), desempenham papel fundamental no cotidiano das atividades escolares e nas relações e interações que nela se realizam.

É certo que a chegada de um psicólogo na instituição escolar gera inúmeras expectativas, pois o psicólogo escolar, de uma forma geral, acaba se transformando numa espécie de depositário das expectativas dos membros da instituição, ou seja, os demais profissionais acabam acreditando que o psicólogo resolverá todos os problemas escolares. Por isso, é importante que o psicólogo escolar esteja ciente de seus limites, bem como da complexidade de seu trabalho.

Segundo Martinez (2003), o que se espera do psicólogo escolar é que ele tenha uma atuação multifacetada, cujo eixo principal é ser agente de transformação de pessoas, contextos e do sistema escolar, por intermédio de ações preventivas e de

intervenção nos fenômenos ligados ao desenvolvimento e à aprendizagem humana na escola. O desafio está em realizar um trabalho verdadeiramente multiprofissional, uma vez que engloba trabalhar com alunos, professores e toda a comunidade escolar. Uma vez que o problema se configura como problemas de aprendizagem, é fundamental que os psicólogos superem as práticas psicológicas conservadoras, ou seja, deixem de tratar o fracasso escolar do aluno como um problema individual ou de seu meio familiar somente.

Trata-se, então, de considerar a psicologia escolar como um campo de atuação profissional, “com o objetivo de contribuir para a otimização do processo educativo, sendo este um complexo processo de transmissão cultural e de espaço do desenvolvimento da subjetividade”.(Martinez, 2003).

Enfim, ao ser convocado ou ao autorizar-se a intervir nas dificuldades escolares, o psicólogo deverá avaliar as condições sócio-pedagógicas destas, assim como as condições individuais, subjetivas e familiares do sujeito-aluno que expressa, pela via do não aprender, o sintoma individual e social do fracasso escolar (Almeida, 2001). Mais eficiente será ter uma atuação que prevê estratégias de intervenção junto aos professores, à família, à escola e aos alunos. Penso que o primeiro passo seja acreditar que as crianças não se diferem das rosas em seu desenvolvimento. Elas nascem com a capacidade e o desejo de aprender e aprendem em ritmos diferentes, cada qual a seu modo. Se formos capazes de escutar suas necessidades, proporcionando um ambiente seguro e propício e evitar nos intrometermos com dúvidas, ansiedades e angústias, aí então – como as rosas – as crianças irão desabrochar, cada uma a seu tempo. E, quem sabe, livres de um mal fadado fracasso escolar!

## **Referências bibliográficas**

ALMEIDA, Sandra F. C. O psicólogo escolar e os impasses da educação: implicações da(s) teoria(s) na atuação profissional. In: DEL PRETTE, Z. A. P. (Org). **Psicologia Escolar e Educacional**: Saúde e Qualidade de vida. Campinas: Alínea, 2001.

CIASCA, S. M. Distúrbios e Dificuldades de aprendizagem: questão de nomenclatura. In: CIASCA, S. M. (org). **Distúrbios de Aprendizagem**: proposta de avaliação interdisciplinar. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

DEL PRETTE, Z. A. P. Psicologia, Educação e LDB: novos desafios para velas questões? In: GUZZO, R. S. L. (Org). Psicologia Escolar, LDB e Educação hoje. Campinas: Alínea, 1999.

FERNANDEZ, Alicia. **A Inteligência Aprisionada**: abordagem psicopedagógica clínica da criança e da família. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

GUZZO, Raquel Souza Lobo. Saúde psicológica, sucesso escolar e eficácia da escola: desafios do novo milênio para a psicologia escolar. In: DEL PRETTE, Z. A. P. (Org). **Psicologia Escolar e Educacional: Saúde e Qualidade de vida**. Campinas: Alínea, 2001.

MACEDO, Lino de. Prefácio. In: SCOZ, Beatriz J. L. et al. **Psicopedagogia**: o caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MARTINEZ, A. M. O psicólogo na construção da proposta pedagógica da escola: áreas de atuação e desafios para a formação. In: ALMEIDA, J. F. C. **Psicologia Escolar**. Ética e competência na formação e atuação profissional. Campinas: Alínea, 2003.

MENEZES, Anna Paula de A. B.; ARAÚJO, C. R. “Redescobrimo” a teoria psicogenética à luz da Psicologia Educacional: Contribuições e possíveis desdobramentos. In: CORREIA, M. (org). **Psicologia Escolar**. Campinas: Alínea, 2003.

PATTO, Maria Helena S. **Psicologia e Ideologia**: uma introdução crítica à psicologia escolar. São Paulo, T. A. Queiroz, 1984.

ROSS, A. O. **Aspectos psicológicos dos distúrbios da aprendizagem e dificuldades na leitura**. São Paulo: McGraw-Hill Brasil, 1979.

RUBINSTEIN, Edith. A intervenção psicopedagógica clínica. In: SCOZ, B. J. L. et al. **Psicopedagogia**: contextualização, formação e atuação profissional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

WEISS, Maria Lúcia L. **Psicopedagogia Clínica**: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.